

POPULAÇÃO NEGRA NA CONTEMPORANEIDADE: O PAPEL DA PSICOLOGIA FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Rosimeire de Carvalho Meneses¹;

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/6773147518631539>

Mayara Carneiro Alves Pereira²;

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/1555119230141079>

Keilane Maria da Costa Silva³;

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/7676821964998648>

Juliana Beatriz Santos Santiago⁴.

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/1246973515075009>

RESUMO: Buscando compreender a relação entre psicologia, políticas públicas e população negra, o presente trabalho tem como tema: “População negra contemporânea: O papel da psicologia em relação às políticas públicas”. Assim, para contemplar a temática proposta, buscará responder ao problema: Qual o papel da psicologia nas políticas públicas que atendem à população negra? Com base nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o papel da psicologia nas políticas públicas de atendimento à população negra nos últimos cinco anos. A partir daí, foram elencados, como objetivos específicos. Compreender as principais políticas públicas oferecidas à população negra na contemporaneidade; apresentar aspectos e paradigmas encontrados na relação entre a psicologia e a população negra; identificar na literatura dos últimos cinco anos quais estudos têm apontado como o papel da psicologia nas políticas públicas. A pesquisa será uma revisão integrativa da literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Etnia. Políticas Públicas. Psicologia Social.

BLACK POPULATION IN THE CONTEMPORARYITY: THE ROLE OF PSYCHOLOGY IN FRONT OF PUBLIC POLICIES

ABSTRACT: Seeking to understand the relationship between psychology, public policies and the black population, the present work has as its theme: “Black Population in the contemporaryity: The role of psychology in front of public policies’ ‘. Thus, in order to understand the proposed theme, it will seek to answer the problem: What is the role of psychology in public policies that serve the black population? Based on this context, the research has as a general objective to analyze the role of psychology in public policies that assist the black population in the last five years. From there, it was listed, as specific objectives, Understanding the main public policies offered to the black population in contemporary times; present aspects and paradigms found in the relationship between psychology and the black population; identify in the literature of the last five years what studies have pointed out as the role of psychology in public policy. The research will be an integrative literature review.

KEY-WORDS: Ethnicity. Public policy. Social Psychology.

INTRODUÇÃO

“O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar Sou mulher, sou preta, essa é minha treta Me deram um palco e eu vou cantar Canto pela tia que é silenciada Dizem que só a pia é seu lugar Pela mina que é de quebrada Que é violentada e não pode estudar Canto pela preta objetificada Gostosa, sarada, que tem que sambar”

Não precisa ser Amélia - Bia Ferreira

Atualmente, é necessário que a psicologia não se cale diante de questões sensíveis e pertinentes como a abordada neste estudo, bem como nas letras de Bia Ferreira. Lidar com questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade permeia desde a vida acadêmica até a prática profissional.

Assim, é necessário enfatizar que a população negra pode ser considerada a mais suscetível às vulnerabilidades e problemas sociais impostos ao longo do processo de construção da sociedade contemporânea. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), os negros representam 54,9% da população. Diante disso, a formulação e implementação de políticas públicas específicas para essa população, além de ter um papel na recuperação histórica, constitui a principal ferramenta de acesso a bens e serviços básicos para o pleno desenvolvimento e crescimento dessa população.

Nesse contexto, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017) fornece referências técnicas para a atuação do psicólogo no trato das relações raciais, atualizando de certa forma a Resolução 18/2002, uma vez que a psicologia tem papel fundamental no processo de construção de Políticas Públicas, regulando a atuação do sistema de conselhos (CFP e Conselhos Regionais), além do trabalho realizado individualmente por cada profissional psicólogo nos seus diversos espaços públicos de atuação. Schulman e Martins (2017) descrevem o processo pelo qual os negros se tornam produtores de sua própria história, os impactos na invisibilidade da população negra e suas condições sociais em decorrência dessa mudança.

Ainda nesta perspectiva, é preciso falar de um cruzamento da questão de gênero também, entende-se que a prática da psicologia precisa enunciar raça/cor/gênero, faz parte do compromisso ético da prática profissional. Mesmo durante a formação, por exemplo, na escolha de um objeto de estudo, conviver com figuras negras no contexto acadêmico e ocupar espaços de gestão e não apenas de subordinados faz toda a diferença.

Na formação acadêmica da psicologia há uma parcela majoritariamente ocupada por autores europeus ou americanos, homens e brancos, pouco ocupados por mulheres brancas e praticamente inexistência de autores negros. Essa lacuna às vezes é preenchida por autores negros estrangeiros, Ângela Davis, ao visitar o Brasil em 2019, questionou “por que” a não utilização de autores negros brasileiros, citando Lélia Gonzáles como exemplo. Como bem apontado por Kilomba (2019), reinventando a ordem de papéis na construção do conhecimento em ambientes acadêmicos, para além de estruturas pré-existentes. Esse epistemicídio do conhecimento não eurocentrado contribui para a formação de um profissional alienado das questões relacionadas à diversidade da população brasileira.

Devido à articulação entre os movimentos sociais (principalmente movimentos negros) e o sistema de Comitês Psicológicos (CFP e CRP), foi criado em 2006 o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Compromisso ético e político para fortalecer a formação e atuação profissional no campo das políticas públicas. Desde a sua criação até à atualidade, para orientar esta ação, lançou 23 materiais de referência técnica em psicologia das políticas públicas, dos quais, em 2017, lançou um livro de referência sobre relações raciais (CFP, 2017).

O presente estudo utiliza estrategicamente a população negra como contorno, buscando esclarecer algumas questões relacionadas ao papel da psicologia nas políticas públicas relacionadas à população negra. A relevância e complexidade do tema reforçam a importância deste trabalho no contexto atual. Diante disso, esta pesquisa se propõe a analisar o papel da psicologia nas políticas públicas contemporâneas de atendimento à população negra, além de compreender as principais políticas públicas voltadas à população negra na contemporaneidade, demonstrar a relação entre a psicologia e a população negra. Os aspectos e paradigmas encontrados nas relações, e a literatura dos últimos cinco anos identificou quais estudos apontam para o papel da psicologia nas políticas públicas.

METODOLOGIA

Para condução deste estudo realizou-se uma revisão bibliográfica com buscas de literaturas pertinentes e que satisfazem aos critérios de inclusão adotados. Foi utilizado artigos com alguns pré-requisitos: texto completo, gratuito em português e inglês disponível em bancos de dados eletrônicos em recorte dos anos 2016 a 2020, dissertações, livros, notas técnicas de referências do CFP, cartilhas e código de ética da categoria, alinhados com os objetivos da pesquisa. Os critérios de exclusão utilizados foram fontes que não tinham relação com o assunto, que não tivessem as palavras chaves e fora do recorte temporal.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com coleta de dados de fontes secundárias, optou-se por uma revisão integrativa de literatura, visto que essa modalidade permite uma compreensão de sistematização e análise, buscando pontos de convergência e divergências em livros e artigos levantados nos documentos de referência.

Levando em consideração a maior abrangência de fenômenos na pesquisa de modalidade bibliográfica, considerou-se esse benefício como fator determinante dessa escolha, sem repetir o que já foi discutido, mas apresentar a possibilidade de elaborar um compêndio por uma nova perspectiva. A pesquisa é na modalidade qualitativa de caráter exploratório, no intuito de analisar questões ligadas à subjetividade do outro de forma relevante (Gil, 2013).

O levantamento dos artigos na literatura se deu nas buscas das seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Eletronic Libray Online (SCIELO). Utilizarão os seguintes descritores suas combinações na língua portuguesa e inglesa: “Gênero”, “Etnia”, “Políticas Públicas”, “Psicologia Social”, “População Negra”. Os critérios de inclusão definidos para seleção de artigos foram: artigos publicados em português e inglês; artigos na íntegra que retratem ou se assemelham a temática e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos cinco anos.

Primeiramente foi realizada uma pré-análise, com foco apenas no conteúdo adequado. Em seguida a leitura do resumo de cada um dos artigos elegidos, concluindo com o download dos artigos considerados imprescindíveis para análise, prosseguida pela leitura completa dos textos.

Em seguida à aplicação do método para verificação aprofundada sobre os objetos pesquisados, categorias foram levantadas em função das perspectivas presentes nas publicações referentes aos seguintes temas: recorte conceitual sobre a população negra e o papel da psicologia nas políticas públicas para população negra. A análise foi descrita em tópicos, a partir do conhecimento reunido e produzido sobre a temática investigada nesta revisão integrativa.

As buscas realizadas nas bases de dados, utilizando-se diversas combinações dos descritores, originaram 43 referências que após a primeira análise foram selecionados 12 artigos. Na segunda análise, em razão de não contemplarem os objetivos da pesquisa, excluíram-se 4. Na terceira análise foram selecionados para compor a revisão integrativa 4 artigos. Para compor o escopo da discussão utilizou-se também autores referências das temáticas e publicações do CFP.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um breve recorte conceitual da população negra

Dos estudos abordados na elaboração de um recorte conceitual de população negra no Brasil, pode-se aferir a necessidade de um levantamento do contexto histórico da configuração do racismo na sociedade brasileira. Em virtude de algumas peculiaridades, Almeida (2019) acredita que o racismo no Brasil é estrutural e estruturante. Atua de forma sistêmica vinculada não apenas individual ou instituição, e sim através de um entrelaçado de fio dessas variantes.

Para Tavares (2019), raça e etnia se misturam e equiparam-se, embora biologicamente o conceito de raça seja descartado, socialmente ele opera como um termo legitimador da hierarquização da sociedade brasileira.

Outra peculiaridade do contexto brasileiro deve-se ao caráter coletivo do racismo, para Ribeiro (2019), é um equívoco atribuir o racismo um aspecto individual, para a autora o racismo opera utilizando toda a estrutura social, o que corrobora com a ideia de Almeida (2019).

Em uma determinada situação ser negro ainda que fincado numa classe social privilegiada e ainda assim vai sofrer racismo ou no caso da mulher negra está exposto a sobreposição de situações de violência, por vezes sofrer situações de machismo ou feminicídio. Akotirene (2019) define como interseccionalidade, raça, gênero e classe. Uma mulher negra pode sofrer racismo e violência doméstica, estando exposta ao mesmo tempo a dois tipos de violência.

Dinâmica entre psicologia, políticas públicas e população

A psicologia inicia no Brasil com foco apenas nas áreas de clínica, escolar e organizacional. Sendo utilizada como recurso basilar do que é anormalidade psíquica e estipular padrão. A sua inserção na área das políticas públicas marca uma transição de espaços e aumento das possibilidades de atuação (Costa, 2020).

Compreender tais políticas pelo aspecto da coletividade, responsabilidade social e ferramenta de transformação social. De reparação histórica, pode-se incluir aqui políticas afirmativas e a lei de cotas, que impactaram de forma positiva o cenário de mazelas sociais

no Brasil (Secchi, 2013).

O Conselho Federal de Psicologia (2017) acrescenta que tem-se, aqui, a noção de políticas públicas como meios fundamentais do alcance do Estado a toda população, primando pela garantia de direitos fundamentais como saúde, educação, habitação, lazer, cultura, segurança e assistência social. As políticas públicas estão pautadas na democratização de recursos e enfretamento das desigualdades, melhorando as condições de vida dos cidadãos. (CFP, 2017).

Configurando as mesmas como subsídios para colocar em patamar de igualdade as classes ou grupos antes invisibilizados, e a psicologia trabalha para assegurar a sua efetivação.

Para Santos (2019), a atuação da psicologia enquanto atuação profissional, precisa estar firmada no código de ética da profissão, evidente nesses dois artigos:

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

O psicólogo em sua atuação precisa estar comprometido com as questões relacionadas às desigualdades sociais encontradas na sociedade brasileira, a questão racial configura como uma dessas, compreendendo os desdobramentos do racismo individualmente e socialmente.

Historicamente a psicologia foi por vezes omissa e conivente com o perpetuamento das desigualdades sociais na sociedade brasileira, apenas em 2002 se estabelece de fato um espaço de discussão e reflexão sobre a temática racial no Sistema Conselho de Psicologia. E somente em 2017 se publica um documento norteador para atuação do psicólogo na área das políticas públicas (CFP, 2017).

O levantamento inicial tem mostrado que a psicologia está presente nas políticas públicas dos seguintes setores: Saúde, Assistência Social, Justiça, Educação etc. Observa-se também que houve esforço por parte do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) em organizar uma publicação de referência para a temática Psicologia e Relações Raciais em Políticas Públicas (CREPOP, 2017).

Além disso, sintetiza o crescente debate sobre a importância da análise das relações raciais no campo das políticas públicas, sobretudo acerca dos efeitos do racismo sobre a população negra - bem como os impactos psicológicos dos privilégios conferidos pela branquitude à população tida como branca. Ocorre que, desde a publicação desse importante documento, novas pesquisas foram publicadas em artigos mais recentes.

Aspectos e paradigmas das políticas públicas ofertadas

A partir de um entendimento da interface do racismo como um determinante social de saúde, passa-se a discutir e debater as contradições sociais geradas pelo quesito raça/cor. Em boa parte estimulada por atores vinculados aos movimentos negros, o Conselho Nacional de Saúde aprova no dia 16 de maio de 2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), intitulada pela portaria n.992, de 13 de maio de 2009. No artigo elaborado por Batista *et al.* (2020), há a apresentação de indicativo de monitoramento da aplicação de tal Política nos âmbitos municipal, estadual e federal, no qual facilita a vigilância acerca da execução da PNSIPN para a garantia de tais direitos.

Dessa forma, realizando uma travessia pelo campo da saúde para população negra com foco no quesito de universalidade e de equidade, no meio do caminho há um obstáculo enorme: como implantar e operacionalizar políticas públicas de saúde que atendam grupos diferentes em uma sociedade desigual? Para Faustino (2012), um atalho viável seria a institucionalização da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, observando as especificidades entre singularidade, particularidade e universalidade.

Para o autor a barreira para a implantação de fato da PNSIPN, em âmbito nacional pode ser explicada através da atuação do racismo estrutural, inviabilizando o reconhecimento dos atores raciais nas lutas em momentos importantes e na distribuição de direitos e recursos. Sendo necessária a incorporação do combate ao racismo institucional e a adoção de indicadores do processo.

Tomando como ponto de partida a adoção de indicadores para mediar a implantação, monitoramento, avaliação e solução de problemas advindos dessa dinâmica. Retornando à Batista *et al.* (2020), há toda a elaboração desse complexo trabalho de monitoramento e prática da PNSIPN, através de um processo participativo com a presença de pessoas e representantes de diversas áreas do campo da saúde (gestores e sociedade civil), com a culminância da criação de um Painel de Indicadores, sendo uma metodologia bastante eficaz.

Painéis indicadores podem servir como instrumento de verificação para outras políticas públicas, como por exemplo, das políticas afirmativas da área da educação. Um campo cheio de tensões entre os que defendem sua eficácia como ferramenta de reparação histórica e outros que a enxergam como ferramenta de manutenção da desigualdade ou armadilha para minar a qualidade do ensino superior.

Como bem pontua Oliven e Bello (2017) acerca da prática de uma política afirmativa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o efeito positivo no aumento de ingressos de alunos pretos, pardos e indígenas. A partir de um painel de indicadores específicos para demandas de ações afirmativas podem-se mediar situações de conflito em torno da política pública e demonstrar a sua eficácia.

Diante do exposto nas análises acima qual o papel da psicologia diante dessas políticas públicas direcionadas a população negra? A psicologia cabe o papel proativo de atuar não só como moderadora dessas políticas públicas, mas provocar Estado, Gestores e Sociedade Civil para a disseminação dos benefícios das políticas públicas para áreas ainda pouco ou não exploradas. Fica evidente o aumento de espaços de debates e produção acadêmica vinculadas à temática, mas não cabe a psicologia estar em cena como coadjuvante diante das mazelas sociais. É hora de reivindicar seu papel de protagonista nesse cenário, sem passividade ou neutralidade.

CONCLUSÃO

Os dados listados acima permitem uma reflexão que seja imperativa uma aproximação maior da psicologia enquanto profissão e formação acadêmica, garantindo o estudo das políticas públicas na graduação de psicologia, para que estes tenham familiaridade e façam uso delas em sua atuação profissional, se apropriando desse conhecimento de forma efetiva, através das resoluções, cartilhas, referências e pesquisas para ditar essa reformulação.

Cabe a psicologia desmistificar promover uma mudança no imaginário social que sua atuação se dar apenas em espaços clínicos, escolares e organizacionais, através da disseminação do seu compromisso social com a realidade brasileira. Construindo a imagem de uma psicologia para além do cenário do adoecimento psíquico, reconhecendo como a falta de condições dignas de vida atua e impacta a saúde de forma geral do indivíduo.

Tomando como referência dados do último censo do IBGE (2022), que a maior parcela da população brasileira é constituída por negros (as) e pardos (as), sobre a ótica de indicadores sociais que os colocam nas piores situações de vulnerabilidades sociais. Partindo desse pressuposto a psicologia possui um papel central na formulação de políticas públicas ou privadas, através do Sistema Conselhos, CFP e CREPOP, diante de demandas relacionadas à população negra, são convocados a agir como mediador para tais questões.

Segundo Veiga (2017), a elaboração de guias de referências e resoluções por parte do CFP, contribuiu para a formação e atuação do psicólogo, ainda que de forma tímida, pode-se notar um processo de transição na psicologia, sobre sua participação na construção de uma política pública, que assista à população negra.

A formulação dessa linha de pesquisa relaciona-se justamente com a tentativa de auxiliar na mudança da imagem da psicologia como atuante apenas em certos espaços e demandas. Ressaltando seu papel fundamental na elaboração de políticas públicas, na sua efetivação e garantia de direitos dos cidadãos brasileiros.

Deste modo, defende-se a importância dessa pesquisa por contribuir com a reflexão sobre psicologia, políticas públicas e relações raciais, tomando como recorte a população negra, destacando o compromisso ético e político da psicologia. Um pequeno vislumbre sobre trabalhos elaborados com essa temática concentra-se nas áreas da saúde e educação

em sua maioria, é necessário ampliar esse leque de pesquisa, criando dados para embasar a efetivação do papel da psicologia nas políticas públicas e população negra.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, política, acadêmica e pessoal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, p.20/33, 2019.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BATISTA, L. E. *et al.* **Indicadores de monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. *Saúde Soc.* São Paulo, v.29, n.3, e190151, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190151>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

COSTA, A. F.. **A produção da psicologia social sobre temas políticos de aspectos históricos**. *Psicol. Soc.*, v. 32, n. e187198. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32187198>. Acesso em 21 de setembro de 2021

Conselho Federal de Psicologia – CFP (2017). **Relações Raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília, DF. O autor. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/>

FAUSTINO, D.M.O. A equidade racial nas políticas de saúde. In: BATISTA, L.E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org). **Saúde da população negra**. Brasília: ABNP, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

OLIVEN, A. C. BELLO, L. NEGROS E INDÍGENAS OCUPAM O TEMPLO BRANCO: AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 49, p. 339-374, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000300013>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

_____. **Uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2013b.

Resolução CFP Nº18/2002, de 19 de dezembro de 2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e a discriminação racial. Brasília, DF. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF

SANTOS, A. O. O Enegrecimento da Psicologia: iniciações para a formação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. e222113, p.159-171, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222113>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

VEIGA, M. A. C. M. **Do comportamento político à psicologia política no Brasil: a história da psicologia política vista pelos participantes da Associação Brasileira de Psicologia Política**. Tese (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p.___. 2017.